

Governo lança programa de bolsa-escola

Educação
Iniciativa deve beneficiar 700 mil famílias, mas não inclui capitais e regiões metropolitanas

DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – O Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, divulgou ontem as regras para a versão governamental do programa bolsa-escola, a principal bandeira do PT na área social, mas reconhece depender da criatividade de Estados e municípios para assegurar o dinheiro destinado a famílias pobres.

O governo excluiu do programa, nessa primeira etapa, as capitais e regiões metropolitanas. Além disso, o governo vai pagar só a metade do subsídio. Já separou uma verba de R\$ 100 milhões para este ano. A meta é beneficiar cerca de 700 mil famílias a partir do fim das eleições, quando serão assinados os primeiros convênios.

Apesar do orçamento garantido,

as regras do programa de renda mínima federal poderão deixar de fora cerca de 40% daqueles municípios que pretende ajudar, já que, nos primeiros cinco anos de vigência, apenas os municípios mais ricos – com receita tributária per capita inferior à média estadual – poderão habilitar-se para receber os recursos. Pesa contra o programa o fato de que a grande maioria dos 5.507 municípios brasileiros não tem receita própria e é sustentada pelos governos estaduais e pela própria União. As prefeituras terão de dar contrapartida para receberem o dinheiro federal.

O programa destinará no mínimo R\$ 15,00 para famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo – como estímulo para que mantenham seus filhos de 7 a 14 anos na escola. A fórmula de cál-

culo do benefício é complexa. Primeiro, multiplica-se R\$ 15,00 pelo número de dependentes com menos de 14 anos na família. Do resultado dessa conta, subtrai-se o equivalente à metade da renda per capita familiar (a renda familiar dividida pelo número de pessoas da família). “Não acredito que um prefeito, por mais pobre que seja seu município, não consiga organizar-se para conseguir a contrapartida”, afirmou o ministro Paulo Renato Souza.

Segundo ele, prefeitos com dificuldades de caixa poderão procurar ajuda nos governos estaduais, na iniciativa privada ou em organizações não-governamentais para arrecadar o dinheiro necessário. O ministro descartou qualquer ligação entre o lançamento do programa e a candidatura do presidente Fernando Henrique Cardoso.

REGRAS
PODEM EXCLUIR
40% DOS
MUNICÍPIOS

11 AGO 1998

ESTADO DE SÃO PAULO